

DE ACORDO COM O EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026



APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS

AUXILIAR DE SECRETARIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO
- ▶ Conhecimentos na Área de Atuação

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
DE GOIÂNIA - GOIÁS

AUXILIAR DE SECRETARIA

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

CÓD: OP-002OT-26
7901204403730

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	7
2. Compreensão e interpretação de textos	7
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	8
4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	9
5. Mecanismos de coesão e coerência	17
6. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	18
7. Tipos de argumento	18
8. Classificação gramatical	19
9. Gramática normativa	26
10. Processo de formação de palavras.....	27
11. Fenômenos gramaticais básicos: Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	28
12. Concordância	32
13. Regência verbal e nominal	34
14. Pontuação	35
15. Acentuação	36
16. Ortografia oficial	38

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições	45
2. Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos	57
3. Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta	62
4. Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais	64
5. Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante	66
6. Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	68

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia-GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos.....	77
2. Emergências de saúde, surtos e epidemias	80
3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais.....	84
4. Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira	87
5. Formação histórico-territorial de Goiás e aparecida de Goiânia/GO	91

ÍNDICE

6. Política, economia e sociedade em Goiás: da colônia à república.....	94
7. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás	97
8. Aspectos físicos do território Goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo	100
9. Natureza, cultura e turismo em Goiás	103
10. Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO	107

Conhecimentos na Área de Atuação

1. Ética no serviço público e sigilo das informações institucionais	117
2. Constituição Federal de 1988: Arts. nº 205 a 214.....	121
3. Princípios, níveis e modalidades de ensino conforme diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996)	124
4. Direito à educação, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente	144
5. Atendimento em escolas (pais, alunos e comunidade)	145
6. Noções de apoio administrativo e técnico em secretaria escolar do município; fundamentos das rotinas de secretaria; organização e funcionamento de expedientes administrativos; organização de reuniões e conselhos de classe.....	149
7. Protocolo e tramitação de documentos e arquivologia: organização e conservação de documentos	153
8. Documentos escolares: histórico escolar, declarações, certificados e atas, diário de classe e registros acadêmicos	159
9. Lei de Acesso à Informação conforme Lei nº 12.527/2011	163
10. Lei Geral de Proteção de Dados conforme Lei nº 13.709/2018 aplicadas à rotina de secretaria e atendimento.....	170
11. Noções de redação oficial (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª Edição – 2018.....	184
12. Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás, 2026).....	197
13. Uso de ferramentas de informática na rotina administrativa	197
14. Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação).....	200

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.

TEXTO INJUNTIVO

Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.



AMOSTRA

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► **Compreensão de Textos**

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► **Interpretação de Textos**

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: ESTILÍSTICA, SOCIOCULTURAL, GEOGRÁFICA, HISTÓRICA

A variação linguística é um fenômeno natural que reflete as diversas formas como a língua é utilizada por diferentes grupos sociais, regiões e contextos. Essa variação abrange diferenças que ocorrem no vocabulário, na pronúncia, na estrutura gramatical e nos usos da língua em diferentes situações. A variação linguística permite compreender que a língua não é homogênea, mas dinâmica e diversificada. Esse entendimento não apenas amplia a competência comunicativa, mas também combate preconceitos linguísticos, que muitas vezes surgem da ideia de que apenas uma forma de falar, geralmente associada à norma-padrão, é válida, embora ela constitua apenas uma das variedades linguísticas existentes. O preconceito linguístico não tem base científica, pois todas as variedades da língua são estruturadas e funcionais em seus contextos de uso, estando sua valorização ou estigmatização associada a fatores sociais e culturais.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

▪ **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

▪ **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

▪ **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

▪ **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples**.

Exemplos:

▪ **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.



AMOSTRA

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade															
Negação	~	Não p	<table><tr><td>p</td><td>~p</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p v q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	v	Ou p ou q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p v q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p v q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p → q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ↔ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Exemplo:

▪ 2. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\sim p$, $p \vee q$, $p \boxplus q$
 (B) $p \boxplus q$, $\sim p$, $p \rightarrow q$
 (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\sim p$
 (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\sim q$
 (E) $p \vee q$, $\sim q$, $p \vee q$

Resolução:

A conjunção é um tipo de proposição composta e apresenta o conectivo “e”, e é representada pelo símbolo $\wedge$. A negação é representada pelo símbolo $\sim$ ou cantoneira ($\neg$) e pode negar uma proposição simples (por exemplo: $\sim p$) ou composta. Já a implicação é uma proposição composta do tipo condicional (Se, então) é representada pelo símbolo ($\rightarrow$).

Resposta: B.

Tabela Verdade

Quando trabalhamos com as proposições compostas, determinamos o seu valor lógico partindo das proposições simples que a compõem. O valor lógico de qualquer proposição composta depende UNICAMENTE dos valores lógicos das proposições simples componentes, ficando por eles UNIVOCAMENTE determinados.

▪ **Número de linhas de uma Tabela Verdade:** depende do número de proposições simples que a integram, sendo dado pelo seguinte teorema:

“A tabela verdade de uma proposição composta com n* proposições simples componentes contém 2^n linhas.”

Exemplo:

▪ 3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

- (A) 2;
 (B) 4;
 (C) 8;
 (D) 16;
 (E) 32.

Resolução:

Veja que podemos aplicar a mesma linha do raciocínio acima, então teremos:

$$\text{Número de linhas} = 2 \\ = 2 = 16 \text{ linhas.}$$

Resposta: D.

Conceitos de Tautologia, Contradição e Contingência

▪ **Tautologia:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), V (verdades).

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma tautologia, então P (P_0 ; Q_0 ; R_0 ; ...) também é uma tautologia, quaisquer que sejam as proposições P_0 , Q_0 , R_0 , ...

AMOSTRA

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS

FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.



AMOSTRA

Abordagem	Critério central	Aplicação típica
Pobreza absoluta	Linha fixa de renda ou consumo mínimo	Definição de benefícios de transferência de renda
Pobreza relativa	Comparação com a distribuição de renda da sociedade	Estudos de desigualdade e coesão social
Pobreza multidimensional	Privações simultâneas em múltiplas dimensões de bem-estar	Formulação de políticas intersetoriais

A leitura comparativa da tabela evidencia que nenhuma das três abordagens, isoladamente, oferece um retrato completo da realidade social. A pobreza absoluta permite identificar com objetividade quem está abaixo de um patamar mínimo de sobrevivência, mas pode subestimar situações de privação relativa em contextos de alta desigualdade. A pobreza relativa, por sua vez, é sensível às variações da distribuição de renda de cada território, podendo classificar como pobre alguém que, em outro contexto, não seria considerado em situação de carência extrema. Já a abordagem multidimensional, ao incorporar indicadores de saúde, educação e infraestrutura, aproxima-se mais da experiência concreta de privação vivida pelas famílias, sendo por isso cada vez mais utilizada no desenho de políticas públicas voltadas à proteção social e ao desenvolvimento territorial.

FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

► O conceito de segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional define-se como a condição em que todas as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural. Esse conceito, consolidado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da legislação orgânica de segurança alimentar, articula três dimensões indissociáveis: a disponibilidade de alimentos, relacionada à produção e ao abastecimento; o acesso, vinculado à renda e às condições econômicas das famílias; e a utilização biológica dos alimentos, associada às condições de saúde, saneamento e cuidado que permitem o aproveitamento adequado dos nutrientes ingeridos.

Níveis de insegurança alimentar

A mensuração da insegurança alimentar no Brasil é realizada por meio de uma escala que classifica os domicílios em diferentes graus de privação. A insegurança alimentar leve caracteriza-se pela preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro próximo ou por alguma restrição na qualidade da dieta, sem redução efetiva da quantidade consumida. A insegurança alimentar moderada já envolve redução quantitativa de alimentos entre os adultos do domicílio. A insegurança alimentar grave representa o estágio mais crítico, em que a fome propriamente dita se manifesta, atingindo inclusive crianças e adolescentes do núcleo familiar, com privação efetiva de alimentos por falta de recursos.

► Políticas públicas de combate à fome

O enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil estrutura-se por meio de um conjunto articulado de políticas públicas que combinam transferência de renda, apoio à produção agrícola familiar e fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação. Programas de aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, com destinação a redes socioassistenciais e à alimentação escolar, cumprem dupla função: garantem mercado institucional estável para pequenos produtores e asseguram o fornecimento de alimentos saudáveis a populações em situação de vulnerabilidade. A alimentação escolar, por sua vez, constitui um dos pilares mais consolidados dessa política, ao assegurar que crianças e adolescentes matriculados na rede pública tenham acesso diário a refeições balanceadas, contribuindo tanto para a segurança alimentar imediata quanto para a formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida.

Participação social e controle institucional

A política de segurança alimentar e nutricional brasileira caracteriza-se pela existência de espaços formais de participação social, nos quais representantes da sociedade civil e do poder público discutem, monitoram e propõem ajustes nas ações de combate à fome. Esses conselhos atuam em âmbito nacional, estadual e municipal, permitindo que particularidades regionais sejam incorporadas ao desenho das políticas. Em contextos municipais, a articulação entre assistência social, saúde e educação é especialmente relevante, pois a insegurança alimentar raramente se apresenta isolada de outras formas de vulnerabilidade, exigindo respostas intersetoriais que conectem diferentes políticas públicas em torno da mesma família.

Antes de avançar, cabe situar comparativamente os quatro níveis que compõem a escala de insegurança alimentar utilizada no país, destacando o critério que diferencia cada estágio e sua principal consequência para o núcleo familiar atingido.



CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

FUNDAMENTOS DA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

► Ética e moral no exercício da função pública

Distinções conceituais entre ética e moral

A moral corresponde ao conjunto de valores, hábitos e convicções que um indivíduo internaliza ao longo da vida, formado por influências familiares, religiosas, culturais e sociais. Trata-se de um repertório pessoal, variável de pessoa para pessoa, que orienta escolhas na esfera privada sem exigir uma justificativa racional sistematizada. A ética, por sua vez, constitui uma reflexão estruturada e argumentativa sobre a conduta correta, aplicada de maneira específica ao desempenho de uma função ou profissão. No âmbito do serviço público, essa diferença ganha relevância prática: o agente não está autorizado a pautar suas decisões exclusivamente por convicções morais pessoais, por mais legítimas que sejam no plano privado, pois sua atuação deve obedecer a parâmetros éticos objetivos, aplicáveis de modo uniforme a todos os cidadãos atendidos. Assim, a ética funciona como um código comum que neutraliza a variabilidade das morais individuais dos próprios agentes, garantindo que o tratamento dispensado à população não dependa de preferências ou crenças pessoais de quem ocupa o cargo, mas de critérios impessoais e previsíveis, reconhecíveis por qualquer cidadão que recorra ao serviço.

A ética como fundamento de legitimidade da atuação institucional

A legitimidade de uma instituição pública não decorre apenas da observância formal da lei, mas também da confiança que a população deposita em sua atuação cotidiana. Um agente pode cumprir rigorosamente os limites legais de sua competência e, ainda assim, comprometer a legitimidade da instituição ao agir de modo indiferente, arbitrário ou desrespeitoso. Por isso, a dimensão ética complementa a dimensão legal, preenchendo espaços que a norma escrita não consegue antecipar com exatidão: a lei estabelece o que é permitido e o que é proibido em termos gerais, enquanto a ética orienta a maneira como essas margens de decisão devem ser exercidas na prática concreta. Em instituições educacionais municipais, essa complementaridade é especialmente sensível, pois o agente lida diretamente com famílias, crianças e adolescentes em situações que exigem discernimento, paciência e sensibilidade, elementos que nenhuma norma consegue detalhar exaustivamente.

A reputação de uma escola e da rede municipal como um todo depende, em grande medida, da forma ética como cada servidor conduz suas atribuições diárias.

► Princípios constitucionais da administração pública e sua dimensão ética

Legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa

O princípio da legalidade determina que o agente público só pode agir dentro dos limites expressamente autorizados pela norma, invertendo a lógica aplicável aos particulares, para quem tudo que não é proibido é permitido. Essa vinculação estrita busca evitar o exercício arbitrário do poder e submete toda a atuação institucional a parâmetros previamente definidos. O princípio da impessoalidade, por sua vez, exige que o agente trate todos os administrados de forma equânime, sem privilegiar ou prejudicar alguém por razões pessoais, políticas ou afetivas, e também impõe que os atos praticados sejam imputados à instituição, e não à pessoa física que os pratica. Já a moralidade administrativa transcende a mera legalidade formal, exigindo que a conduta do agente seja proba, honesta e compatível com os padrões éticos esperados de quem exerce função pública, de modo que um ato pode ser formalmente legal e, ainda assim, configurar violação à moralidade se revelar desonestidade, deslealdade ou desvio de finalidade.

Publicidade e eficiência como vetores de controle social

A publicidade assegura que os atos da administração sejam, como regra, transparentes e acessíveis ao conhecimento público, permitindo que a sociedade exerça controle sobre a atuação institucional e fiscalize o uso de recursos e a tomada de decisões. Esse princípio não é absoluto, pois convive com situações excepcionais de sigilo, tratadas adiante, mas constitui a regra geral de funcionamento da administração. A eficiência, incorporada mais recentemente ao rol de princípios constitucionais, exige que a atuação administrativa produza resultados satisfatórios com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis, evitando desperdício de tempo, dinheiro e esforço humano. Juntos, publicidade e eficiência funcionam como vetores de controle social: a primeira fornece à sociedade os elementos informativos necessários para avaliar a atuação pública, enquanto a segunda estabelece o padrão de qualidade que essa atuação deve perseguir. A tabela apresentada abaixo sistematiza os cinco princípios constitucionais explícitos da administração pública, relacionando cada um ao seu reflexo ético mais direto e a um exemplo de violação na rotina de uma instituição escolar.

AMOSTRA

Princípio	Significado central	Reflexo ético	Exemplo de violação
Legalidade	Atuação restrita ao que a norma autoriza	Respeito aos limites da função, sem extrapolação arbitrária	Exigir documento não previsto em norma para liberar matrícula
Impessoalidade	Tratamento igualitário, sem favorecimentos	Neutralidade diante de interesses pessoais ou políticos	Priorizar atendimento de conhecidos em detrimento da ordem de chegada
Moralidade	Conduta proba e honesta além da legalidade formal	Integridade mesmo quando a lei não detalha a situação	Usar informação funcional para obter vantagem pessoal
Publicidade	Transparência dos atos administrativos	Prestação de contas à comunidade escolar	Ocultar critérios de distribuição de vagas sem justificativa
Eficiência	Melhor resultado com uso racional de recursos	Compromisso com a qualidade do serviço prestado	Atrasar sistematicamente a emissão de documentos sem causa razoável

A leitura conjunta dos cinco princípios revela que eles não operam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente: a impessoalidade só é verificável quando há publicidade suficiente para que a sociedade compare o tratamento dado a diferentes situações, e a eficiência perde sentido se não estiver subordinada à legalidade e à moralidade, sob pena de legitimar atalhos que comprometam direitos. Em uma secretaria escolar municipal, a observância simultânea desses princípios manifesta-se em gestos aparentemente simples, como seguir critérios objetivos e públicos para organização de filas de atendimento, documentar as razões de decisões que afetam famílias e manter prazos uniformes para toda a comunidade escolar, independentemente de quem solicita o serviço.

DEVERES ÉTICOS DO AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES DE CONDUTA

► Deveres funcionais no exercício da função pública

Probidade e zelo no desempenho das atribuições

A probidade administrativa traduz-se na exigência de que o agente público exerça suas atribuições com honestidade, lealdade institucional e ausência de qualquer intenção de auferir vantagem indevida, para si ou para terceiros, em razão do cargo que ocupa. Trata-se de um dever que ultrapassa a simples abstenção de condutas criminosas, abrangendo também posturas sutis, como a omissão deliberada diante de irregularidades percebidas no ambiente de trabalho ou a utilização de informações obtidas em razão do cargo para fins alheios ao interesse público. O zelo, por sua vez, impõe que o agente dedique atenção cuidadosa à execução de suas tarefas, evitando descuidos que possam prejudicar terceiros ou comprometer o funcionamento do serviço. Em uma instituição educacional, o zelo manifesta-se na conferência cuidadosa de documentos antes de sua emissão, na atenção redobrada ao lidar com registros de crianças e adolescentes e na responsabilidade com que se tratam informações sensíveis sobre o desempenho e a vida escolar dos estudantes.

Urbanidade e dedicação no trato com o público

A urbanidade exige cortesia, respeito e paciência no relacionamento com colegas de trabalho e, sobretudo, com o público atendido, reconhecendo que cada pessoa que procura a instituição pode estar em situação de fragilidade, pressa ou desconhecimento dos trâmites administrativos. Um atendimento ríspido ou impaciente, mesmo que não configure ilegalidade formal, compromete a percepção de qualidade do serviço público e pode afastar famílias de buscar orientações necessárias. A dedicação complementa esse dever, exigindo empenho genuíno na resolução das demandas apresentadas, em vez de condutas meramente protocolares que transferem o problema ao solicitante sem buscar efetivamente resolvê-lo. Esses dois deveres, embora pareçam de natureza mais comportamental do que jurídica, integram o núcleo ético da função pública, pois moldam diretamente a experiência concreta vivida pelos cidadãos ao interagir com a administração, sendo frequentemente o critério mais perceptível pelo qual a comunidade escolar avalia a qualidade da gestão municipal.

► Vedações de conduta e situações de conflito de interesse

Nepotismo e favorecimento pessoal

O nepotismo consiste na nomeação, contratação ou favorecimento de parentes, cônjuges ou companheiros para cargos ou funções públicas sem observância de critérios técnicos e impessoais de seleção, configurando violação direta aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa. Essa vedação não se limita à nomeação formal para cargos, estendendo-se a práticas mais sutis, como o direcionamento de benefícios, vantagens ou tratamento diferenciado a familiares de agentes públicos dentro da própria instituição. Em contextos escolares, essa vedação ganha contornos específicos quando se trata, por exemplo, de evitar que um agente avalie, processe documentos ou tome decisões administrativas relativas a parentes próprios, situação que deve ser encaminhada a outro responsável para preservar a imparcialidade do processo.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

